

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ – CONERH

1 Aos 23 dias do mês de março de 2006, foi realizada na sala de reuniões do 2º andar da Secretaria dos
2 Recursos Hídricos, sita na Av. Gal. Afonso A. Lima, s/nº, Ed. SEDUC, bairro Cambé, nesta capital, a
3 39ª Reunião Extraordinária do CONERH, na qual estiveram presentes os seguintes conselheiros: Maria
4 Zita Timbó Araújo/DNOCS, Diogo Rodrigues de Carvalho/PGE, Francisco Régis Cavalcante
5 Dias/SDE e Luis Acácio de Sousa/APRECE, entre os titulares e Renato Walter Rolim Ribeiro/SRH,
6 Murilo Lobo de Queiroz/SAS, Carísia Carvalho Gomes/UFC, Antonio João Alves F. Távora/SEPLAN
7 Ângela M. Fechine D. de Moura/ABES e Francisco Zuza de Oliveira/SEAGRI entre os suplentes. O
8 Secretário Adjunto da SRH, Renato Walter Rolim Ribeiro iniciou a reunião saudando os presentes,
9 agradecendo a presença de todos e informando que o Presidente do CONERH, em virtude de outros
10 compromissos assumidos não poderia comparecer, uma vez que teve de se dirigir às obras dos trechos 2
11 e 3 do Eixo de Integração. O Presidente em exercício sugeriu que a próxima reunião do CONERH fosse
12 realizada nas novas dependências da COGERH/SOHIDRA, visando a que os conselheiros pudessem
13 conhecê-las. Seguindo, a palavra foi passada ao Secretário Executivo do CONERH, Dr. Antonio
14 Martins da Costa, para **verificação do quorum**, que foi confirmado. Ato contínuo, o Secretário pôs em
15 **votação a ata da reunião anterior**, que foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Zita enfatizou a
16 necessidade de encaminhamento aos conselheiros das atas anteriores, da forma já solicitada na 38ª
17 Reunião Extraordinária do CONERH. Passou-se ao item quatro da pauta - **informes**, sendo
18 apresentados os seguintes: a) Substituição de Conselheiros dois titulares (Dr. Flávio Barreto no lugar do
19 Dr. Carlos Matos, pela SEAGRI e Dr. Carlos Colonna Filho, no lugar do Dr. Raimundo Gomes de
20 Matos da SAS); b) nos dias 06 e 07/04 acontecerá o Encontro do Semi-árido, na cidade de Natal e o
21 Estado do Ceará apresentará as experiências de gestão da água no semi-árido; c) A Conselheira Zita
22 informou que foi instalada a segunda gestão do CBH-RMF, ocorrendo a renovação de quatro câmaras
23 técnicas e a criação de três grupos de trabalho (um para discutir a cobrança, outro para analisar a
24 necessidade de alterações do regimento e outro para verificar o Projeto de Lei da Política de Recursos
25 Hídricos). Aproveitou a oportunidade para questionar como está o andamento do referido projeto de lei
26 na Assembléia Legislativa. Lamentou que apenas quatro comitês cearenses tenham se habilitado para
27 disputar a vaga dos Comitês no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e sugeriu que o CONERH
28 oficiasse os demais comitês cearenses sobre este fato. Informou, também, que ocorreu no último dia 22
29 de março (Dia Mundial da Água) foi realizado um evento no DNOCS em homenagem à este dia.
30 Lamentou que a SEMACE tenha distribuído um *folder* sobre a utilização racional da água, que não
31 menciona nada sobre os comitês de bacias e recomendou uma articulação do CONERH com a
32 SEMACE no sentido de inserir estes colegiados nas publicações desta Superintendência. Além disso,
33 aduziu que na ocasião foi lançado um livro sobre a Agenda 21 local; d) o Conselheiro Zuza informou
34 que em virtude das chuvas ocorridas nos últimos dias, 70% da área destinada ao plantio no estado já
35 havia sido plantada, numa ação da EMATERCE. Além disso, aduziu, ainda, que a SEAGRI
36 implementará este ano um programa de incentivos para compra de sementes atrelado à adoção de
37 medidas protetoras do solo; e) o Presidente informou que sobre o PL de Recursos Hídricos a SRH vem
38 mantendo articulações com a SEGOV no sentido de agendar reuniões com os Deputados para discutir o
39 assunto. A Presidente da COGERH, Dra. Izelda acredita que considerando o ano eleitoral a aprovação
40 do referido Projeto de Lei estará prejudicado, sendo que o assunto deverá ser considerado por aquela
41 Casa Legislativa apenas no próximo ano; f) O Conselheiro Diogo, da PGE questionou se a SRH estava
42 acompanhando o Projeto de Lei do ICMS Ecológico e demonstrou preocupação com relação à cobrança
43 pelo uso da água. O Consultor Jurídico da SRH, Dr. Alexandre, esclareceu que não se trata de novo
44 imposto, mas apenas uma nova metodologia de repartição das receitas daquele tributo e se
45 comprometeu a enviar por email um histórico da elaboração do referido projeto para todos os
46 conselheiros; g) A Presidente da COGERH informou que esta Companhia vem realizando a
47 regularização de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios estaduais, retirando
48 imóveis de dentro das bacias hidráulicas destes reservatórios, além de desobstruir trechos de rios.
49 Segundo esta, o maior problema verificado diz respeito a plantação de vazantes nos açudes do Ceará,
50 prática historicamente permitida pelo governo. Que produtores a procuraram para que a COGERH
51 promovesse o ordenamento da utilização destes açudes para esta atividade e que foi formulada uma
52 consulta legal à SRH e esta enviou à SEMACE, tendo esta se tratar de atividade que fere à legislação
53 ambiental, sendo, portanto, proibida. Aduziu que o DNOCS continua com os contratos de concessão de

54 áreas de vazante. A Presidente questionou como deverá o Estado do
55 Ceará proceder nestes casos. Após rápida discussão entre os presentes, decidiu-se que o assunto deverá
56 ser objeto de discussão posterior. Findos os informes, passou-se ao sexto item da pauta, tratando dos
57 assuntos a serem discutidos, iniciando-se pelo item 6.1. **Cobrança pelo uso da água**
58 **bruta(atualização de tarifa)**. Dr. Picanço da COGERH fez uma apresentação da justificativa de
59 reajuste da tarifa, iniciando pelos antecedentes históricos, passando pela estrutura tarifária atual,
60 comparativo dos aumentos tarifários x IGPM, evolução da tarifa para vários segmentos, justificativas
61 para revisão, metodologia do estudo, projeção de custos, composição dos custos, projeção de mercado,
62 proposta tarifária, propostas de alteração do Decreto nº 27.271/2003 e quadro final de tarifas. A
63 Conselheira Zita requereu a palavra para lamentar a ausência do Estado do Ceará nas reuniões da
64 Câmara Técnica de Cobrança do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e informou que na última
65 reunião discutiu-se a cobrança do Ceará. O Presidente em exercício lembrou que a SRH não foi
66 convidada a participar desta discussão e considerou a necessidade da COGERH participar destas
67 reuniões, mas aquela conselheira discordou, alegando que por se tratar de política pública, a SRH, como
68 órgão gestor é que deveria se fazer presente e o Conselheiro Zuza aduziu que a SRH não deveria
69 esperar ser convidada, mas pleitear participação. Além disso a Conselheira Zita questionou a publicação
70 do Decreto reajustando a tarifa da cobrança pelo uso da água em dezembro último, posto que o mesmo
71 não passou por nenhuma discussão no CONERH. Foi informada que ocorreu um erro de comunicação e
72 que esta discussão era exatamente para suprir a falta e que seria editado novo decreto, após a aprovação
73 pelo CONERH do assunto. A referida conselheira manifestou-se contrária à aprovação do reajuste sem
74 uma discussão do assunto nos comitês de bacias hidrográficas e no seu entender a questão não deveria
75 ser levada somente ao CONERH para aprovação, deveria existir um tempo para discussão pelos
76 conselheiros. O Conselheiro Zuza manifestou certo desconforto com o reajuste, concordando com a
77 Conselheira Zita, mas baseado-se em razão diversa, referente à suas preocupações com o setor de
78 irrigação, que no seu entender deveria ser discutido com os irrigantes e verificar se estes possuem
79 capacidade de pagamento e manifestando preocupação com este custo para os irrigantes do Canal da
80 Integração. A Presidente da COGERH, Dra. Izelda, lembrou que em 2003 foi finalizado um estudo de
81 tarifa, que foi trazido ao CONERH e aprovado; que a COGERH levou o assunto para discussão nos
82 comitês então existentes e o que deveria ser discutido não era a cobrança e sim a forma de sua
83 implementação. O Conselheiro Zuza destacou a necessidade de um tratamento diferenciado para a
84 irrigação, uma vez que se trata de setor muito frágil. Dr. Picanço, da COGERH, destacou que a
85 cobrança é um instrumento da política, onde se deve focar quem e o que se cobra, visando ao uso
86 racional da água. O Secretário Executivo destacou que este decreto e o editado em dezembro último já
87 trazem um tratamento diferenciado para o setor de irrigação, com o efeito cascata nas faixas de
88 consumo e que a cobrança está incorporada no modelo de gestão cearense, inserido na sua legislação,
89 sendo uma tarifa pela prestação do serviço de gerenciamento da água no Estado, não se discutindo o
90 aumento, que é necessário, mas alguns critérios. O Conselheiro Diogo alertou que o reajuste ficou na
91 média aplicada para as tarifas públicas e a COGERH deverá implementar este instrumento de gestão.
92 Questionou a conselheira Zita se possuía alguma sugestão ou contra-proposta e esta informou que não
93 dispunha de condições para avaliá-la, sem antes discuti-la mais aprofundadamente, recomendando que a
94 questão fosse levada à votação apenas na próxima reunião do CONERH, obtendo apoio do conselheiro
95 Zuza. O Presidente em exercício destacou ser muito difícil reunir os irrigantes para discutir a cobrança e
96 que o conselheiro Zuza deveria elaborar uma agenda de discussão no AGROPACTO, com a
97 participação da SRH/COGERH. Ato contínuo levou o assunto à votação, sendo aprovado por seis votos
98 e duas abstenções(Conselheiros Zuza e Zita). Superada a discussão do item 6.1, inverteu-se a pauta e
99 passou-se ao item 6.5. **Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Coreaú e Comitê da Bacia**
100 **Hidrográfica do Litoral**. Após a apresentação das justificativas e dos pareceres jurídicos pelo
101 Secretário Executivo, foi aprovada a criação dos referidos comitês, por unanimidade. Retornando à
102 pauta, os itens 6.2. **Apresentação das ações da Câmara Técnica de Enquadramento dos Corpos**
103 **Hídricos**, 6.3. **Análise e discussão dos prazos de mandatos dos CBHs e das Diretorias** e 6.4.
104 **Aprovação dos membros da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e do regimento** ficaram
105 prejudicados em razão do avançado da hora, decidindo os presentes que estes assuntos fariam parte da
106 pauta de uma reunião extraordinária que deverá acontecer no mês de abril. Sugeriu-se incluir na pauta
107 desta reunião a discussão realizada no AGROPACTO sobre a questão da cobrança. Após, o Presidente
108 facultou a palavra aos Srs. Conselheiros, agradeceu a presença de todos os presentes e deu por
109 encerrada a reunião. Eu, Antonio Martins da Costa, Secretário Executivo do CONERH, lavrei a

110 presente ata, que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos. Fortaleza, 23 de março de
111 2006.

EDINARDO XIMENES RODRIGUES

Renato Walter Rolim Ribeiro

JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO

Luciana César Torres. M. Lima

MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO

Ana Tereza Marques M. de S. Ponte

ANTÔNIO SÉRGIO M. CAVALCANTE

Antônio João Alves F. Távora

MARIZETE DANTAS DE AQUINO

Ângela M. Fechine D. de Moura

DIOGO RODRIGUES DE CARVALHO

Paulo Hiran Mendes

FLÁVIO BARRETO DE MELO

Francisco Zuza de Oliveira

MARCO AURÉLIO H. DE CASTRO

Carísia Carvalho Gomes

FRANCISCO RÉGIS CAVALCANTE DIAS

Alexandre Adolfo Alves Neto

ZEMARIA PIMENTA

Antônio Granja

LUIZ EDUARDO BARBOSA DE MORAES

Rômulo dos Santos Fortes

CARLOS COLONNA FILHO

Murilo Lobo de Queiroz

LUÍS ACÁCIO DE SOUSA

Antônio Almeida Neto

ANTONIO MARTINS DA COSTA
Adamir Barbosa Lima Filha

PAULO CÉSAR FRANCO DE CASTRO
Germana de Mattos B. Góes Giglio
